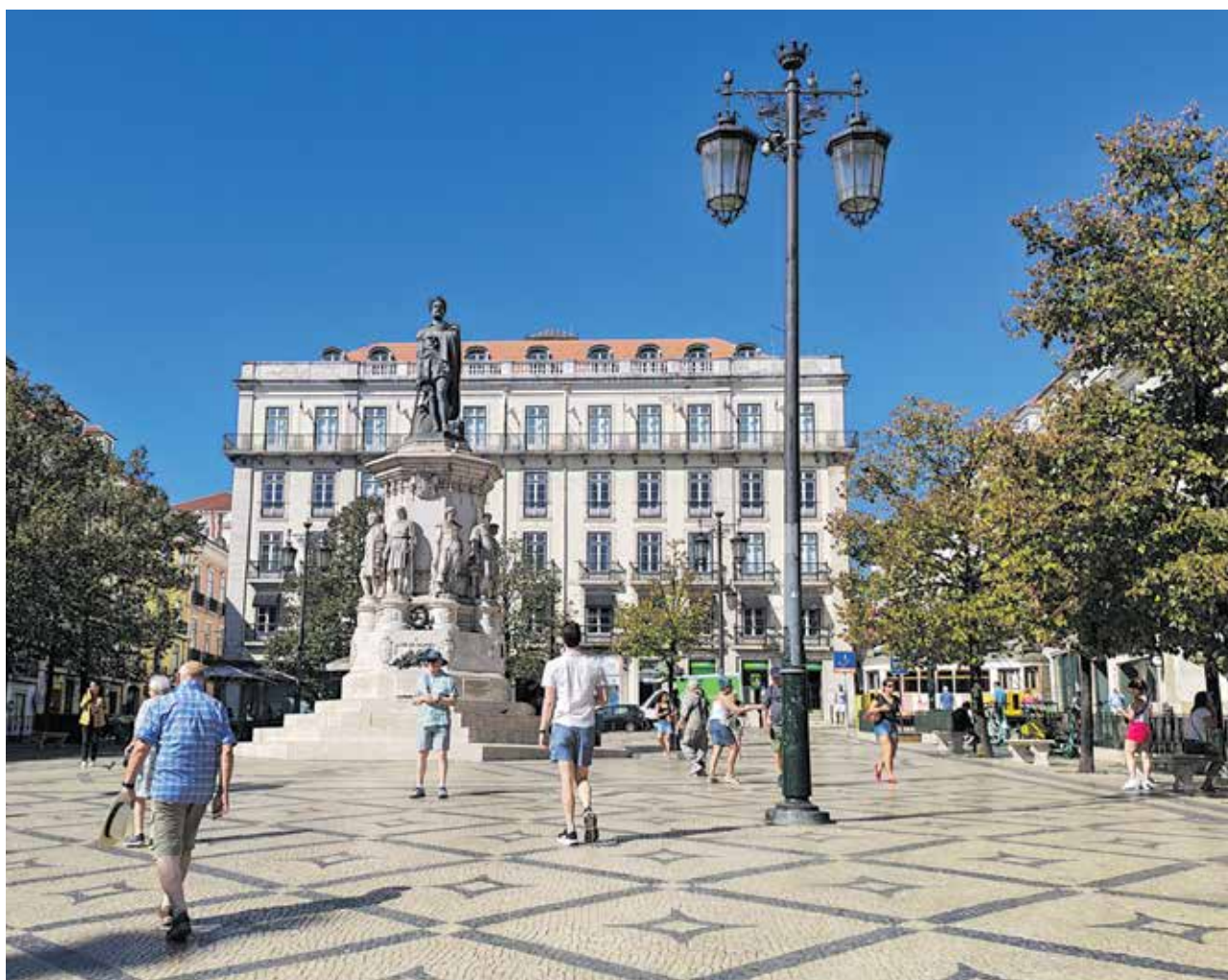




Misericórdia à procura da identidade perdida



A Freguesia da Misericórdia engloba alguns dos bairros mais históricos de Lisboa que, até 2012, estavam agregados nas antigas freguesias da Encarnação, Mercês, Santa Catarina e São Paulo.

ENTREVISTA

Carla Almeida quer habitação no centro das políticas públicas da Câmara. Pág. 7 a 9

VIVER NOS BAIRROS

Associações de moradores querem mais segurança. Pág. 4

COMÉRCIO

Comerciantes defendem mais fiscalização e mão pesada para quem não cumpra. Pág. 10/11



Acarajé da Carol

O SABOR DA BAHIA EM LISBOA



☎ 213 570 946

R. da Rosa 63, 1200-248 Lisboa
R. de Santa Marta 78, 1150-298 Lisboa

REQUALIFICAÇÃO

Obras no Bairro Alto avançam lentamente

A requalificação do Bairro Alto avança de forma lenta, tendo arrancado em maio de 2026 com obra piloto na Travessa da Queimada após anos de espera desde o anúncio inicial do plano em 2021. Pág. 13

HABITAÇÃO

Moedas entregou casas em Marvila

A Câmara Municipal de Lisboa entregou recentemente 60 novas casas em regime de renda acessível na Rua Ferreira de Castro, em Marvila. Pág. 14

TURISMO

Sé de Lisboa é maravilha de Portugal

A Sé de Lisboa e o Castelo de Leiria foram eleitos duas das Novas 7 Maravilhas de Portugal. Pág. 15





Há mais de cinco séculos
a construir a identidade
de Lisboa.

BAIRRO ALTO:
LISBOA a ser
LISBOA



03-2025	
SOPA DO DIA	2.00
CHURROS E TORRÕES FANADOS	8.00
BIFE A CASA	9.00
BITOQUE	7.50
BIFE DE CEBOLADA	7.50
ISCAS A PORTUGUESA	7.00
BIFE C/ CORNÉLIAS	7.50
BIFINHOS DE PERÚ	7.00
ALHEIRAS DE MIRANDELA	7.50
FEBRAS DE PORCO	7.00
ENTREMEADA ASSADA	7.50
SALSICHAS FRESCAS GRELHADAS	7.50
CARNES FRIAS	7.00
JULIÃO A SEVILHANA	7.00
BACALHAU ASSADO	7.00
ATUM C/ BATATAS E OVO	6.50
IVA INCLUIDO 13%	

Viva a Rua, Lisboa!

Mais espaço
para as Pessoas.

Mais qualidade
para o Chiado.



Contacto para esclarecimentos:
vivaarua@cm-lisboa.pt



LISBOA
Câmara Municipal

lisboa.pt



Luta pela conservação da alma lisboeta

A Misericórdia, na Zona Histórica de Lisboa, é uma das freguesias mais emblemáticas da capital. Nascida no âmbito da reorganização administrativa que entrou em vigor nas autárquicas de 2013, agrupa as antigas freguesias da Encarnação, Santa Catarina, Mercês e São Paulo, e ganhou este nome devido à presença da sede da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no seu território.

Com cerca de 10 mil habitantes, o território hoje conhecido como Misericórdia foi, ao longo dos séculos, sede de diversas instituições religiosas de apoio à infância, para cristianização de mouros e judeus e para o recolhimento de mulheres penitentes. Com a expulsão dos jesuítas, levada a cabo pelo Marquês de Pombal, as casas da Companhia de Jesus foram doadas à Santa Casa da Misericórdia, aumentando substancialmente o património da instituição caritativa que dá nome à freguesia.

Desde sempre ligada às atividades marítimas, esteve no epicentro da designada “gesta dos Descobrimentos”, que impulsionou o crescendo para Norte, atraindo uma população que retirava das jornas marítimas o seu sustento, mas também a um certo romantismo, à vida noturna e a boémia alfacinha, gerando-se então histórias de “mulheres de faca na liga”, vinhanças de amantes despeitados e de marinheiros com amores em vários portos.

Para além da fama ligada à vida noturna, aos homens do mar e aos intelectuais e artistas que pululavam na Freguesia, as fontes históricas referem que a Misericórdia esteve igualmente ligada à produção agrícola.

Séculos mais tarde, a importância estratégica e comercial do “bairro marinho” tornou prioritária a sua reconstrução após o Terramoto de 1755. Apesar dos estragos, a estrutura dos arruamentos não foi alterada, nascendo então o Cais do Sodré - nome que homenageia o navegador Vicente Sodré, responsável pelos primeiros contactos comerciais e diplomáticos com a Índia. Mas a reconfiguração de toda zona, promovida pelo Marquês de Pombal “a esquadro e compasso”, alterou grande parte do desenho de alguns dos bairros desta freguesia.

A presença da nobreza no território ficou igualmente marcada pela construção de inúmeros palácios, como é o caso dos Palácios Cunhal das Bolas, Alvito, Almada Carvalhais, Marquês de Ficalho, Conde de Lumiares, Marquês das Minas, Bichinho de Conta, Ludovice e Condes de Tomar, entre outros.

Freguesia de intelectuais e de jornais

Os bairros históricos da Misericórdia foram locais de agregação de intelectuais e artistas, tendo reunido as preferências de várias figuras de proa da vida cultural e política que viveram no antigo e atual território da Freguesia. Des-

tacaram-se nomes como o de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Manuel Maria Barbosa do Bocage, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Raimundo Ortigão, Gonçalves Crespo, os pintores Abel Manta e Júlio Pomar ou o poeta António Quadros, entre outros.

No séc. XIX, o território continuou a congregar artistas e intelectuais, que frequentavam os seus teatros e cafés, numa salutar boémia e ponto de encontro entre marinheiros, artistas, escritores, fadistas e gentes do povo lisboeta. Também a imprensa generalista se instalou no espaço da atual Freguesia, ocupando palácios devolutos.

Jornais como o “Diário de Notícias”, o “Revolução de Lisboa”, o “Mundo”, o “Século”, ou mais recentemente “A Capital”, mas também “A Bola”, o jornal desportivo “vermelho” – apesar de proclamar a sua isenção profissional é frequentemente associado às cores do Benfica e cujo fundador, Cândido dos Reis, jogador, selecionador nacional e jornalista, foi um democrata convicto e opositor fervoroso do regime do Estado Novo, que o torturou selvaticamente e o mandou prender no Campo de Concentração do Tarrafal.

Miradouros são ex-libris da Freguesia

O Miradouro S. Pedro de Alcântara, denominada oficialmente Jardim António Nobre, é um dos espaços de passeio mais característicos da Lisboa romântica.

A sua localização proporciona uma vista única da cidade, o Castelo de São Jorge, a velha Sé, a Igreja da Graça, o vale da Avenida da Liberdade, a Baixa Pombalina, o estuário do Tejo e a sua margem sul.

No patamar de cima, miradouro por excelência e ponto de homenagem a um território que já foi de jornais e jornalistas, é neste espaço que se encontra um monumento, datado de 1904, ao jornalista Eduardo Coelho, o fundador do “Diário de Notícias”, que inclui, para além do busto principal, um jovem ardina e um painel de azulejos de Fred Kradolfer (1952) que legenda a paisagem que se pode avistar.

No patamar de baixo, estão presentes 21 bustos de deuses e heróis da mitologia greco-romana e figuras da história de Portugal, entre os quais Vasco da Gama, Luís de Camões e Afonso de Albuquerque.

Já o Miradouro de Santa Catarina, também conhecido pela designação de Miradouro do Adamastor, é ponto privilegiado para observar o Tejo, os telhados da freguesia de São Paulo e para ocidente os bairros da Lapa e da Madragoa, noutra época local de pescadores e varinas.

Trata-se de um espaço contemplativo onde predomina a imponente estátua do Adamastor, figura monstruosa imaginada por Camões e descrita em “Os Lusíadas” símbolo do Cabo das Tormentas, posteriormente designado por D. João II de Portugal de Cabo da Boa Esperança, que vociferava ameaças aos navegadores que por ali passassem.

Rua da Bica é a mais bonita do mundo

Em 2017, a Rua da Bica de Duarte Belo, na Misericórdia, que liga a Travessa do Cabral ao Largo do Calhariz, foi eleita como a rua mais bonita do mundo a par dos Champs-Élysées, em Paris, e a 5ª Avenida, em Nova Iorque.

A votação decorreu num conjunto de sites americanos, que pretendiam saber qual é a rua mais bonita do mundo com base na opinião de milhares de utilizadores e as suas experiências nas respetivas cidades.

O conhecido funicular, o Elevador da Bica, é uma das principais atrações da Rua da Bica

e que todos os dias leva milhares de turistas àquele local na cidade de Lisboa. Inaugurado em junho de 1982, o Elevador da Bica é visita obrigatória para quem quer conhecer o coração da capital portuguesa.

O Elevador da Bica está atualmente desativado, mas nem por isso deixou de ser ponto obrigatório de visita para os turistas de todo o mundo.

Massificação do turismo

Freguesia popular das festas, arraiais e marchas convive hoje com a mais atual cultura urbana, com novos restaurantes, bares e tabernas, no Bairro Alto, junto ao Rio Tejo e no Cais do Sodré.

Nos últimos anos, a Misericórdia tem sido alvo de fenómenos como a “turistificação” do território, em que os turistas e o consumo desregrado de álcool “ao preço da água” tomaram conta das ruas destes bairros históricos da capital, que andam agora em busca desesperada da sua identidade perdida.

Esta edição especial do “OL” sobre a Misericórdia põe em cima da mesa as posições de moradores, autarcas e comerciantes, dando voz às suas preocupações e propostas para a freguesia voltar a ser um território de rosto humano e onde os moradores tenham cabimento.

Clínica Dentária de São Paulo
Cais do Sodré · Desde finais do séc. XIX

Marque a sua consulta
clinicadentariasao paulo.pt
Seg - Sex | 9h00 - 20h00

A Clínica Dentária de São Paulo é, há mais de um século, uma referência em saúde oral no coração de Lisboa. Instalada num edifício de reconhecido património arquitetónico no Cais do Sodré, alia a tradição à prática da medicina dentária. Sob a direção clínica do Dr. João Alvarez, mantém o compromisso que gerações de pacientes reconhecem: atendimento próximo, rigoroso e de confiança.



Moradores da Misericórdia querem fiscalização apertada

A freguesia da Misericórdia continua a ser um dos centros nevrálgicos da noite lisboeta. As associações de moradores ouvidas nesta reportagem defendem que os jovens e os turistas acorrem a locais como o Bairro Alto ou o Cais do Sodré por saberem que encontram álcool “ao preço da água” e que tudo lhes é permitido, inclusive levar colunas de som ou urinar em plena rua. As associações dizem que estão entregues a si próprias e que a “falta de fiscalização” está a tornar a vida dos moradores num autêntico pesadelo.



As divergências que opõem os moradores e o setor económico são tão antigas quanto a “Sé de Lisboa”. As associações de moradores de áreas como o Bairro Alto, Cais do Sodré, Santos, entre outros, alegam que é hoje praticamente insuportável conseguir viver nestes territórios, por conta do ruído, do lixo nas ruas e da insegurança.

O presidente da Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia, Luís Paisana, entende que a insegurança, o ruído, os problemas de lixo e a má utilização da rua estão a gerar uma debandada geral dos moradores dos bairros da Misericórdia, levando ao “despovoamento” das ruas e aquelas cheias de história, mas que se tornaram “numa Disneylândia” para turistas, ajudando ao crescimento desenfreado do alojamento local, mas prejudicando “todos os outros”.

O dirigente associativo revela que a freguesia “perdeu mais de 26% da população”, segundo os dados dos últimos censos sobre a cidade de Lisboa.

O próprio dirigente assume que já não vive no território, tendo mudado a residência para a freguesia das Avenidas das Novas para conseguir ter “algum descanso” no seu dia-a-dia.

Luís Paisana admite ter sido “corrido” pelas circunstâncias gerais geradas pelo clima de “impunidade” e da “da falta de fiscalização” dos bares e da atividade noturna do Bairro Alto.

“Depois de estar 5 anos sem conseguir dormir, decidi que estava na hora de sair do bairro (...). Estes bairros históricos estão envelhecidos e já quase ninguém consegue viver neles. Para além do ruído, das ruas cheias de lixo, tornaram-se lugares inseguros e muito pouco apelativos para atrair novos moradores”.

A propósito da alegada falta de segurança, Luís Paisana tem dúvidas sobre a efetividade das câmaras de videovigilância na dissuasão do crime. Se, numa primeira hora, Luís Paisana ainda acreditou que o sistema de videovigilância pudesse resultar em algo de positivo, atualmente, acompanha a opinião de alguns moradores no sentimento de descrença face ao funcionamento das câmaras, ainda que estas já tenham servido de testemunho em casos de agressão e assalto.

Para além do problema da segurança, o ruído noturno, provocado pelos clientes dos bares e restaurantes da zona da Misericórdia, princi-

palmente do Bairro Alto e Cais do Sodré, continua a estar no centro da discórdia.

Luís Paisana revela que continuam a existir “inúmeras denúncias” de barulho por parte de moradores por cima de bares, sendo que o processo de medições de ruído demora muito tempo e “é ineficaz” porque os comerciantes ou “contornam” a fiscalização ou não cumprem a lei, pelo que defende medidas mais apertadas para a abertura destes espaços, principalmente quando são “bares” muito pequenos, que nem deveriam “poder funcionar como bares” por não cumprirem “o mínimo de regras para estarem a trabalhar” enquanto tal. Luís Paisana denuncia ainda o consumo excessivo de álcool nas ruas, nomeadamente de menores, por conta das vendas paralelas, apontando as suas críticas aos comerciantes que fazem venda ambulante de bebidas alcoólicas, transportando os produtos em “carrinhos de supermercados”.

Encontrar equilíbrios

O dirigente sustenta que a “radicalização” das posições de ambos os lados, comerciantes e moradores, é infrutífera, pois “temos de viver todos em comunidade, e os conflitos e as posições extremadas causam a discórdia”, que ceifa a razoabilidade e o próprio sentido de comunidade.

Para Luís Paisana, é urgente “haver um equilíbrio entre moradores, comerciantes de todo o tipo, donos de bares que fazem ruído, turistas e as pessoas que se vêm divertir”.

“O setor económico tem de perceber que opera numa zona sensível, e residencial”. Porém, os negócios também não podem fechar portas de forma abrupta”, sublinha, considerando que é crucial o combate ao despovoamento e à descaracterização da freguesia.

Um outro facto que preocupa esta associação, é o excesso de lixo nas ruas. O Bairro Alto e o Cais do Sodré são, provavelmente, as zonas mais sujas da capital: caixas com restos de comida, copos deixados nos rodapés das portas, são hoje o “cartão de visita” deixadas quase todas as noites pelos frequentadores do bairro. As associações de moradores atiram o ónus deste problema para o aumento do turismo, a ausência de meios de limpeza e a falta de civismo dos consumidores que acorrem em massa a estes bairros para desfrutar da vida noturna. Uma decisão do atual Executivo da CML, tenciona colocar a higiene urbana da cidade de novo na órbita do Município, retirando-a das competências das Juntas de Freguesia. Mas Luís Paisana afiança que a situação “continua por resolver”, reconhecendo, porém, que o turismo não tem permitido “aos serviços de limpeza fazerem face a esta realidade diária de toneladas de lixo espalhado nas ruas”.

Alma lisboeta a perder-se

Luís Paisana chama ainda a atenção para o problema dos despejos moradores mais antigos. “As pessoas estão a desaparecer dos sítios onde habitam para dar lugar a alojamentos locais e hostels”, uma realidade que está a des-

caracterizar os bairros, e que, a breve trecho, vai transformar a cidade num sítio que perdeu a essência da alma lisboeta.

O Bairro Alto, outrora símbolo da boémia lisboeta, vive hoje um clima de tensão entre moradores e o setor económico que controla a vida noturna. Cansados do ruído, do lixo acumulado nas ruas, um grupo de residentes decidiram unir esforços e criar a associação “Somos Bairro Alto”.

Constituída em 2025, esta nova associação representa os interesses dos residentes do Bairro Alto, em Lisboa, focando-se em problemas como o turismo excessivo, ruído e degradação do espaço público, pedindo medidas urgentes para melhorar a qualidade de vida no bairro.

O presidente da Associação, Fernando Marta, ex-agente principal da PSP, refere que os moradores se organizaram para lutar por um ambiente mais habitável, em contraste com a imagem de “Disneylândia do álcool” que o bairro adquiriu.

Para o dirigente associativo, este movimento de cidadãos ativos que, face aos desafios de um bairro histórico cada vez mais turístico, procuram reequilibrar o espaço, “priorizando os moradores e a sua qualidade de vida, defendendo o Bairro Alto como um local para viver e não apenas para festejar”.

Fernando Marta sublinha que o nascimento da “Somos Bairro Alto” teve como único propósito “defender os interesses dos nativos do bairro” face à “incapacidade de quem tem a gestão e fiscalização do Bairro Alto” em assumir e resolver o estado a que o local chegou.

Segundo Fernando Marta, o bairro atingiu um ponto crítico e insustentável. “O Bairro Alto tornou-se a ‘Disneylândia do álcool’. Instalou-se a ideia de que tudo é permitido”, afirma, denunciando uma atitude de passividade das autoridades perante os excessos. As queixas são antigas — ruído, insegurança, tráfico de droga e falta de higiene —, mas os residentes acreditam que a situação se agravou drasticamente nos últimos anos, empurrando muitos para fora do bairro.

Policimento de proximidade

Nas ocorrências mais graves registadas no bairro, como o “tráfico de droga, as violações, as agressões entre os clientes dos bares”, o dirigente aponta o dedo para a “falta de meios da PSP”, que tem uma “superesquadra” em pleno Bairro Alto, mas não tem agentes suficientes para fazerem face às ocorrências que “são diariamente relatadas” pelos moradores. “As pessoas já chegaram à conclusão de que não vale a pena ligar para a esquadra porque ninguém atende as chamadas. Ou, nos casos de denúncias de barulho, os agentes respondem que têm situações mais graves para tratar”.

No entender deste ex-operacional da PSP (integrou as brigadas de investigação criminal e o corpo de segurança pessoal de altas entidades), os problemas de segurança e do ruído resolver-se-iam com o regresso de alguns agentes do Corpo Especial de Polícia em permanência no território, fazendo patrulhamento apeado.

Paula Mateus, jurista e também membro da direção desta associação, diz-se exasperada pelo facto de “não poder abrir uma janela à noite





por causa do ruído”, mas também pelo estado de “sujidade total” que encontra diariamente à sua porta e nas outras ruas do bairro. “Para sair de casa, somos obrigados a saltar os montes de lixo que estão às nossas portas e ter muito cuidado para não pisarmos os vidros partidos e os rios de urina que correm pelas ruas”.

O “enigma” das casas de chá

No entender da jurista, foi ao abrigo do “Licenciamento Zero”, uma medida criada para desburocratizar a abertura de novos negócios, que deu azo à abertura “descontrolada” de “bares” com “5 metros quadrados” e todo o tipo de negócios travestidos com aparências de algo que, de facto, servia apenas para vender bebidas alcoólicas. “Neste momento, o Bairro Alto deve ter umas dez casas de chá... O problema é que ninguém fiscaliza este tipo de jogadas dos comerciantes”, sublinha Paula Mendes, acrescentando, porém, que as coimas, quando são aplicadas, “são facilmente recuperadas pelos donos dos bares”, porque “ganham muito dinheiro” com este tipo de alegadas prevaricações da lei. Em concordância com a sua colega de direcção, Fernando Marta acrescenta que existem no bairro livrarias e lojas de roupa com “bares de apoio”, cuja função principal “não é vender livros, mas sim álcool barato” aos magotes de jovens que invadem o Bairro Alto por ser um dos poucos sítios onde se “compra cerveja ao preço da água”. Os problemas, anuem ambos os dirigentes, persistem ano após ano, apesar dos alertas dos

os habitantes do Cais do Sodré, zona de Santos, Bairro Alto e Príncipe Real, em Lisboa, Isabel Sá da Bandeira, assume que os moradores estão sentados sob um “barril de pólvora” e que as autoridades (municipais e policiais) apenas respondem com “indiferença” ante as denúncias “diárias” que são reportadas pelos moradores. No entender da dirigente associativa, a diversão noturna no Cais do Sodré “já obrigou muitas famílias com filhos a mudarem-se” para outros locais por não aguentarem mais a pressão de terem de conviver com “barulho insuportável, lixo nas ruas e a insegurança diária”, que ocorrem à vista de todos, todas as noites, sem que seja tomada qualquer medida para pôr termo a este “inferno”. Isabel Sá da Bandeira, que vive nas imediações do Cais do Sodré há 20 anos, reconhece que este bairro sofreu uma mutação “para pior” nos últimos anos 15 anos. “Antigamente, também havia diversão noturna, e prostituição, mas estavam controladas porque aconteciam dentro de portas das discotecas e dos bares”. Agora, assiste-se a uma realidade que está “fora de controle”, com “venda de droga, gangues que disputam território entre si, ruas com milhares de pessoas, consumo de álcool desenfreado”, mas também pessoas a “urinarem contra as portas das casas”, por terem acesso a bebidas alcoólicas, como “cerveja barata”, “mais barata do que água”, vendida por “bares ilegais” ou que é trazida pelos próprios jovens notívagos, lamenta. Para a representante dos moradores, a abertura de bares ilegais, que é punida por lei, tem



“Os bares estão a funcionar a partir da hora do almoço, com música a debitar para a via pública”, aponta Isabel Sá da Bandeira. O sentimento de revolta dos moradores agravava-se com o fecho de ruas e cortes de acesso a outras, com o aumento das esplanadas nos passeios, com os “gritos nas ruas até às tantas da manhã”, com o “botellon”, e o cheiro de urina que fica nas ruas depois das noites de festa, frisa. Para a dirigente, o poder autárquico e as autoridades da PSP “ignoram as reclamações” dos moradores, escondendo-se atrás dos biombo da “falta de meios”, no caso da polícia, e de legislação “que não surte qualquer efeito”, como a lei do ruído, emitida pela Câmara Municipal de Lisboa. Em relação à falta de mão dura da PSP para acabar com as “recorrentes” infrações no Cais do Sodré, Isabel Sá da Bandeira disse que já reuniu com o ministro da Administração Interna,

Luís Neves, que terá escutado “com atenção” as reclamações dos moradores, mas não se terá comprometido “a tomar medidas concretas”. A Associação de Moradores “Aqui Mora Gente” conta com 500 associados, moradores do Cais do Sodré, Santos, Bairro Alto e Príncipe Real, e é um dos coletivos de maior militância na luta pelo direito ao descanso dos moradores. O site desta associação está pejado de fotografias a denunciar o lixo abandonado nas ruas, as vias apinhadas de gente, a insegurança nas ruas, tendo, também, um documento proforma em que os moradores poderão apresentar queixas. Em 2024, a “Linha Ruído”, criada pela Câmara de Lisboa e em funcionamento desde setembro de 2022, para queixas relacionadas com ruído excessivo, tinha recebido 3.782 chamadas, correspondendo a uma média de cerca de 210 por mês, revelou o Município.



moradores, e “a inação deixa de ser uma desculpa e passa a ser uma responsabilidade (...). A Câmara (de Lisboa) não tem soluções”, sublinha, acrescentando que a indústria do álcool “tem muito poder e influência” e que os donos dos bares “se queixam, mas fazem 6 ou 7 mil euros diariamente”. E acusa os empresários da noite de beneficiarem de lucros tão elevados que “qualquer multa aplicada é irrelevante”. A presidência da Junta de Freguesia da Misericórdia mudou de mãos nas últimas eleições autárquicas, mas mantendo-se sob a liderança de uma autarca do PS. A nova presidente da autarquia, Carla Almeida, é vista como uma “parceira” de luta da associação “Somos Bairro Alto”. Fernando Marta refere que a Carla Almeida “tudo faz para ajudar a resolver os nossos problemas”, considerando-a como uma autarca “muito dedicada e que trabalha sem descanso para arranjar soluções práticas, mas equilibradas”, em prol dos moradores e de respeito para com a parte do setor económico cumpridora das normas.

Aqui Mora Gente

Por seu turno, a presidente da Associação de Moradores “Aqui Mora Gente”, que representa

contribuído fortemente para o agravar da situação, uma vez que estes estabelecimentos juntam as suas portas “centenas de pessoas”, gerando o “caos total” e as noites em branco de quem “apenas” quer descansar. Na visão da representante dos moradores, “para que haja algum resultado, a Câmara Municipal de Lisboa terá de se empenhar muito mais, e em defesa dos moradores, coisa que não acontece, não havendo qualquer vontade política de mudar as coisas”. Isabel Sá da Bandeira atribui as responsabilidades do atual estado de coisas ao poder municipal, que deixou “instalar” um clima de “desresponsabilização” e de “total impunidade” face àquilo que está a ocorrer. Reitera que faz chegar à Câmara Municipal, “todos os dias”, os relatos de situações à margem da lei, mas que “ninguém se preocupa” com o bem-estar e a saúde pública dos habitantes. A dirigente revela que no pós-pandemia covid-19, a situação saiu de controle e não dá sinais de mudança, antes pelo contrário. Com o desconfinamento, antigos bairros lisboetas, como o Cais do Sodré e o Bairro Alto, voltaram a receber milhares de jovens e turistas nas ruas e em bares para aproveitarem as noites de convívio.

BOTIKA D'CONVENTO
CRIADA POR FARMACÉUTICOS

DESCONTOS ESPECIAIS
PARA OS NOSSOS VIZINHOS
MORADORES E FUNCIONÁRIOS

213 240 419
RUA LUÍSA TODI, 3
1200-459 LISBOA
968 666 486

ENCOMENDE PELO WHATSAPP

MEDICAMENTOS
ENFERMAGEM
NUTRIÇÃO
SAÚDE DO PÉ
SAÚDE ANIMAL
ORTOPEDIA
TENSÃO ARTERIAL
TESTES E AUTOTESTES
PESO E ALTURA
PESAGEM DE BEBÉS
FURAÇÃO DE ORELHAS

RASTREIOS GRATUITOS
CARTÃO DE FIDELIDADE
PROTOCOLOS COM EMPRESAS



Cosmopolitismo e sentido de comunidade da Praça das Flores

A Praça das Flores, em Lisboa, continua a ser o ponto encontro dos residentes dos bairros em redor. Fomos conhecer a realidade urbana atual naquele “enclave” multicultural, composto por um punhado de portugueses e muitos estrangeiros. João Graça mudou-se com a família para a zona há 7 anos. O jovem arquiteto assevera que os moradores ainda preservam um sentido de comunidade muito forte, ajudando-se mutuamente na organização social do dia-a-dia. Dona Palmira já vive na zona há 70 anos e diz que os residentes estrangeiros não lhe causam “aflição”.



Os bairros históricos da cidade de Lisboa estão a ser alvo de uma mudança profunda. Os preços das casas estão a bater todos os recordes registados e em muitos dos bairros é já tão difícil encontrar um português como uma agulha num palheiro.

A Praça das Flores, na freguesia da Misericórdia, é hoje o ponto de encontro dos estrangeiros que se mudaram de armas e bagagens para esta zona da cidade. Os novos “lisboetas” desfrutam das sombras proporcionadas pelas copas das árvores que constituem o jardim, sentam-se nos bancos a contemplar a passagem das horas, consultam os telemóveis, aproveitam para comer um snack. A meio de uma manhã de um dia da semana, não se escuta uma palavra na língua de Camões no jardim da Praça das Flores.

O arquiteto João Graça não comunga desta visão “catastrofista” da cidade. Mudou-se para o bairro há 7 anos e diz que ainda sente um certo sentido de comunidade, e a presença de muitas famílias portuguesas a morar na zona.

Depois de ter estado emigrado em Londres durante 8 anos, João Graça decidiu voltar para Portugal, “para um bairro tranquilo”, onde o cosmopolitismo e ecletismo da comunidade se sobrepõe a uma certa Lisboa castiça e popular.

Cuidar os filhos do bairro

Apesar de reconhecer que a sua habitação foi adquirida no tempo em que os portugueses “ainda podiam pagar uma casa em Lisboa”, e que os preços atuais praticados no setor imobiliário só estarão ao alcance do bolso de estran-

geiros endinheirados, o arquiteto assume que a realidade do sítio onde vive hoje ainda mantém o espírito de comunidade.

“Como em todas as grandes cidades há várias interseções de comunidades. Se for ali à (leitaria) Holandesa, que fica na rua onde eu moro, encontro lá toda a gente. Mas o bairro ainda tem muitos pequenos negócios e as dinâmicas próprias de uma comunidade. Se precisar de um carpinteiro, de um estofador, de fazer compras num supermercado, ainda há tudo isso no bairro. Ou seja, há um espírito de vizinhança”.

O morador viveu grande parte da sua existência em Campo de Ourique e admite ter ficado “surpreendido” com o verdadeiro “espírito de vizinhança” que ainda impera nesta zona da cidade.

“Eu sinto que as minhas filhas são muito cuidadas pela vizinhança. Há dias fui a um velório, e as minhas filhas (de 3 e 8 anos) ficaram no café da minha rua enquanto me ausentei para estar no velório”, assevera.

E não é caso único, diz João Graça. “Temos a pastelaria e restaurante ‘O Canela’, que é um pouco mais caro, mas faz um desconto de 50% às velhotas do bairro”. O morador admite, “obviamente” que há todos os constrangimentos e pressões do imobiliário sentidas na cidade, mas, depois, há todas estas pessoas, “os filhos do bairro, que se cruzam com os novos moradores e nos ajudam naquilo que podem”.

O morador exemplifica com uma experiência de compra num talho do bairro, que, entretanto, fechou portas. “A minha mulher queria almôndegas, mas o senhor do talho recomendou-lhe

não as comprar porque o restaurante da mesma rua estava a servir almôndegas ao almoço, dizendo-lhe que escusava de ‘ter o trabalho’ e que podia levar outra coisa...”.

No mesmo sentido, os vizinhos ainda se chamam pela janela e os outros moradores partilham informações do quotidiano entre si, havendo um sentido “muito forte” de partilha e de “cuidado mútuo” entre “todos os moradores”. Não obstante a entreatura entre os moradores, o arquiteto reconhece que estes bairros na zona histórica da cidade estão a ser alvo da vinda massiva de estrangeiros, mas desdramatiza e afiança que é necessário “fazer a distinção entre os estrangeiros residentes e a pressão do turismo”.

Pondo de fora da conversa os problemas da “especulação imobiliária” que tomou conta da cidade, João Graça sustenta que os estrangeiros residentes que optaram por viver na cidade “estão bem integrados” e “fazem vida aqui como se de portugueses se tratassem”. “São pessoas que têm os seus filhos nas escolas de cá, alguns já falam português, vivem as suas vidas, mas fazem parte da comunidade”, assevera.

O residente sustenta que a Praça das Flores, estrategicamente localizada a meio do Príncipe Real e a zona de São Bento, é uma espécie de “enclave” onde a comunidade faz uma paragem nos dias mais quentes, servindo de “refúgio climático”, mas também de local de descanso e de confraternização entre os moradores – os mais antigos e os novos.

João Garcia anota que a zona da Praça das Flores não está isenta “dos problemas” que se vivem no centro da capital, como o barulho no-

turno produzido por grupos de indivíduos que se juntam à noite para consumir álcool naquele jardim público. Mas acredita que as “donas marias” do bairro ainda vão imperando e fazendo valer a sua antiguidade ante os atropelos à ordem pública.

Depois de ter vivido em Campo de Ourique e em Londres durante um longo período da sua vida, o arquiteto assume que está a criar as suas filhas no sítio certo.

“O pessoal estrangeiro que aqui vive é porreiro. Há muitos brasileiros, ligados à música, que se integraram perfeitamente no espírito do bairro. Criámos uma equipa de futebol de pessoal da Praça das Flores e andamos juntos a divertirmo-nos. Gosto muito de viver aqui, porque sinto que faço parte de uma comunidade”, conclui. Dona Palmira, de 90 anos, vive na zona há mais de sete décadas. Ainda sai de casa para fazer as suas “comprinhas”, mas gosta mesmo é de “estar em casa, em sossego”.

Sente saudades do tempo em que “tinha muitas pessoas amigas” a fazer-lhe vizinhança. “Já quase não há portugueses a morar aqui”.

Não gosta particularmente de ver a sua zona “descaraterizada” e “tomada por turistas”, mas afiança que os estrangeiros residentes “também já fazem parte do bairro”, malgrado terem comprado ou alugado as casas dos seus antigos vizinhos.

“Que havemos de fazer? As pessoas mais velhas vão morrendo ou foram obrigadas a ir para outros sítios. Os de fora, que vierem por bem, não me causam grande aflição. A cidade mudou e não há volta a dar”, reconhece.

OLHARESDELISBOA.PT

JORNAL DIÁRIO ON LINE - EDIÇÃO TRIMESTRAL IMPRESSA

Proprietário e Editor · Avalanche de Sonhos Unipessoal, Lda.
avalanchedesonhos@sapo.pt

Conselho de administração M.R.S. Oliveira (100%) · NIPC · 514355034

Sede Social/Sede Editor/Sede Redação · Av. Eng. Arantes de Oliveira, 3 R/c 1900-221

Lisboa · Tel. 211934140 · Tlm 967734378

Diretor · Mário Rodrigues · diretor@olharesdelisboa.pt

Redação · Luis Antunes, Rute Fidalgo, Alfredo Miranda, redacao@olharesdelisboa.pt ·

Fotografia · Fernando Zarcos, Mário Barreira

Comercial · comercial@olharesdelisboa.pt · José Rodrigues

Paginação · Mário Clemente, Impressão Fig · Indústrias Gráficas SA

Rua Adriano Lucas, 161 - 3020-430 Coimbra

Nº de Registo na ERC 126989 · Depósito Legal 426706/17 · ISSN 2184-2922

Estatuto Editorial olharesdelisboa.pt/category/estatuto-editorial

Tiragem deste número 20.000 exemplares





Carla Almeida quer transformar a Misericórdia numa freguesia agradável para viver

A Junta de Freguesia da Misericórdia, em Lisboa, lidera uma luta ativa contra a saída de moradores, impulsionada pelo excesso de ruído noturno, pressão do alojamento local, e proliferação de espaços de diversão noturna no Bairro Alto, Bica e Cais do Sodré, que comprometem a qualidade de vida e o direito ao descanso. A Junta de Freguesia, liderada por Carla Almeida, tem exigido mais policiamento e fiscalização do ruído noturno e dos ajuntamentos no Bairro Alto, Cais do Sodré e Praça das Flores.

A Freguesia da Misericórdia, que abrange zonas históricas de Lisboa como o Bairro Alto, a Bica e o Cais do Sodré, enfrenta uma crise profunda de despovoamento e gentrificação. A autarquia local e os residentes têm unido esforços para combater a contínua perda de habitantes. Entre 2011 e 2021, a freguesia perdeu mais de 20% dos seus residentes, restando menos de 10.000 habitantes estáveis.

A Misericórdia destaca-se como uma das zonas da capital com maior densidade de imóveis devolutos ou sem residentes permanentes. O ambiente ruidoso e a transição económica substituíram antigas mercearias e dinâmicas de bairro pelo eco de passos de turistas.

Olhares de Lisboa - Quais foram as principais medidas levadas a cabo pelo seu executivo?

Carla Almeida - Estes primeiros oito meses foram, acima de tudo, meses de proximidade, de trabalho e de ação no terreno. Assumimos a responsabilidade de liderar a Junta de Freguesia da Misericórdia com um compromisso muito claro: colocar as pessoas no centro da nossa ação e garantir que a Misericórdia continua a ser um lugar para viver.

Definimos cinco prioridades para este mandato: defender a habitação e a população residente, melhorar a qualidade de vida, cuidar do espaço público, valorizar a cultura e a identidade dos bairros e fortalecer a economia local e o movimento associativo.

Reforçamos a articulação com a PSP, a Polícia Municipal, a Câmara Municipal, comerciantes e associações para enfrentar desafios como o ruído, a insegurança, a ocupação do espaço público e os impactos da vida noturna. Estamos a desenvolver iniciativas como o 'Selo Bom Vizinho', que reconhece os estabelecimentos que cumprem boas práticas de higiene e controlo do ruído, mas também aqueles que cultivam uma relação de proximidade e entreajuda com os moradores e encaram o espaço público como um bem comum.

Encontramo-nos igualmente numa fase de desenvolvimento do programa 'A Noite Que Cuida', através do qual identificamos estabelecimentos que aderem à iniciativa e passam a

funcionar como pontos seguros para qualquer pessoa que se sinta em situação de vulnerabilidade, desconforto ou insegurança. O objetivo é que residentes e visitantes saibam que podem entrar nesses espaços para pedir ajuda ou encontrar apoio, tornando a nossa noite mais segura, mais solidária e mais humana. Acreditamos que uma freguesia mais segura se constrói também criando uma cultura de responsabilidade partilhada, onde moradores, comerciantes e visitantes sabem que todos têm um papel na proteção e no cuidado do espaço público.

Na área social continuámos a apoiar quem mais precisa. Mantivemos respostas como o Fundo de Emergência Social, a Loja Sol e o Espaço Solidário, acompanhando famílias que atravessam momentos difíceis. Reforçamos igualmente o trabalho de projetos como o 'Misericórdia+Emprego', que permite auxiliar quem se encontra em situação de desemprego, e o programa RADAR, desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia, que permite identificar pessoas em situação de sem-abrigo ou de vulnerabilidade extrema. Reforçamos também todas as nossas respostas de apoio psicológico e domiciliário.

Demos especial atenção aos nossos seniores, promovendo atividades que combatem o isolamento e incentivam um envelhecimento ativo. E continuámos a investir nas nossas crianças e jovens, apoiando as escolas, as famílias e os projetos educativos, culturais e desportivos da freguesia.

Também realizámos intervenções importantes no espaço público, em equipamentos municipais, jardins, miradouros e escolas. Porque cuidar da freguesia é também cuidar dos lugares onde a vida da comunidade acontece todos os dias.

Na higiene urbana reforçamos os meios e a capacidade de resposta, conscientes de que uma freguesia mais limpa é uma freguesia mais digna, mais segura e com melhor qualidade de vida.

Procurámos ainda tornar a Junta mais próxima, mais disponível e mais eficiente, reforçan-



do a capacidade de resposta aos problemas do dia a dia e promovendo uma gestão assente no diálogo permanente com moradores, comerciantes e instituições.

Ainda há muito caminho a percorrer, mas acredito que estes primeiros meses permitiram lançar bases sólidas para concretizar a visão que temos para a Misericórdia: uma freguesia mais habitada, mais cuidada, mais segura, mais sustentável e mais humana.

Porque o nosso maior objetivo é simples: garantir que a Misericórdia continua a ser um lugar para viver e não apenas um lugar para visitar.

A Misericórdia perdeu 26% da sua população nos últimos anos. É possível reverter estes números?

A perda de população é, hoje, um dos maiores desafios da Misericórdia. Quando falamos de

milhares de moradores que deixaram a freguesia nas últimas décadas, não estamos a falar apenas de números. Estamos a falar de famílias que partiram, de crianças que deixaram de frequentar as nossas escolas, de vizinhos que já não encontramos na rua, de comércio local que perdeu clientes e de bairros que foram perdendo uma parte da sua vida.

Quem conhece a Misericórdia sabe que a sua maior riqueza está nas pessoas. Está nas relações de vizinhança, nas coletividades, nos comerciantes que conhecem os clientes pelo nome, nos idosos que guardam as memórias dos bairros e nos jovens que escolhem aqui construir o seu futuro.

Acredito que é possível inverter esta tendência, mas isso só acontecerá se voltarmos a colocar a habitação no centro das políticas públicas do município e do país. Nenhum jovem




Rua Diário de Notícias, nº 39
1200-141 Lisboa (Bairro Alto)
 ☎ 21 343 10 40
 📞 961 339 696 - 965 059 670

Rua dos Remédios, 83
1100-441 Lisboa (Alfama)
 📞 961 339 697

✉ tascadochico56@hotmail.com

A Tasca do Chico

Fado Vadio

VIVER MISERICÓRDIA

conseguir viver na freguesia se não encontrar uma casa a preços compatíveis com os seus rendimentos. É por isso que temos defendido, junto da Câmara Municipal de Lisboa, a concretização de projetos há muito identificados, como a construção dos 45 fogos de renda acessível no antigo Quarteirão dos Jornais, no Bairro Alto, bem como a recuperação de património público devoluto para habitação permanente.

Defendemos também uma utilização mais ativa do direito de preferência do município na aquisição de imóveis estratégicos e a criação de incentivos para que parte dos alojamentos locais possa regressar ao mercado de arrendamento acessível. Estas são medidas que constam da nossa estratégia para garantir o direito à habitação e proteger a população residente.

O desafio é encontrar um equilíbrio. Precisamos de uma freguesia viva, com atividade económica, comércio, cultura e turismo, mas também de uma freguesia onde as pessoas consigam viver, constituir família e permanecer nos bairros onde construíram a sua vida.

A Junta de Freguesia não terá força suficiente para inverter esta tendência?

A Junta de Freguesia não tem competências para construir habitação municipal, nem para definir a política de habitação da cidade. Não temos competências diretas para resolver um problema tão complexo como a crise da habitação. Mas isso nunca significou ficar de braços cruzados ou deixar de dar voz às preocupações dos moradores da Misericórdia.

Ao longo dos anos, temos alertado para os impactos da pressão imobiliária, dos aumentos de custos da habitação e da perda contínua de população que afeta a nossa freguesia. Temos sido uma voz ativa e persistente na defesa de mais habitação acessível, da recuperação do património público devoluto e da concretização de projetos há muito identificados, como os 45 fogos de renda acessível previstos para o Quarteirão dos Jornais, no Bairro Alto.

Defendemos uma utilização mais ativa dos instrumentos que permitam colocar mais casas no mercado de arrendamento acessível e criar condições para fixar população. Naturalmente, nem todas as decisões dependem da Junta de Freguesia. Mas isso não diminui a nossa responsabilidade. Continuaremos a colaborar institucionalmente com a Câmara Municipal sempre que essa colaboração permita encontrar soluções para a freguesia, mas continuaremos também a ser exigentes e determinados sempre que estiverem em causa os interesses dos nossos moradores.

Como autarca, preocupa-a a perda de identidade dos bairros?

Preocupa-me como presidente da Junta, mas sobretudo como alguém que nasceu, cresceu e continua a viver no Bairro Alto. Quem viveu nestes bairros ao longo de décadas sente que a sua identidade vai-se perdendo aos poucos, cada vez que uma família é obrigada a sair, cada vez que um vizinho deixa de viver na rua onde sempre viveu, cada vez que uma loja histórica fecha portas ou que uma coletividade deixa de ter condições para continuar a sua atividade.

Os bairros da Misericórdia são muito mais do que um conjunto de edifícios bonitos ou de ruas antigas. O Bairro Alto, a Bica, a Praça das Flores, Santa Catarina, o Príncipe Real ou São Paulo são feitos de pessoas. São feitos das conversas à janela, dos rostos que se conhecem há anos, dos comerciantes que acompanham gerações de famílias, das associações que mantêm vivas as tradições e das histórias que passam de pais para filhos. É isso que faz a diferença. É isso que dá alma aos bairros.

Muitas das pessoas que visitam Lisboa procuram precisamente essa autenticidade. Procuram uma cidade viva, com identidade, história e comunidade. Valorizam bairros que preservam as suas memórias, os seus costumes e a sua forma própria de viver. Mas temos de ter consciência de uma coisa: se continuarmos a perder moradores, estaremos a colocar em risco aquilo que torna estes lugares especiais.

Não quero uma Misericórdia transformada num cenário. Quero uma Misericórdia vivida. Uma freguesia onde as pessoas possam continuar a morar, trabalhar, criar os seus filhos e envelhe-

cer com dignidade. Uma freguesia onde o comércio tradicional, as Casas com História, as coletividades e a cultura local continuem a fazer parte do quotidiano.

A identidade dos nossos bairros também se preserva todos os dias através das suas coletividades, associações e tradições populares. Cada vez que ajudamos uma coletividade a manter as portas abertas, estamos a proteger uma parte da nossa história e da nossa memória coletiva. Cada vez que as Marchas Populares saem à rua, cada vez que realizamos um arraial nos nossos bairros, cada vez que apoiamos uma iniciativa comunitária, estamos a manter vivo o espírito de pertença, o bairrismo e as tradições que fazem da Misericórdia um território único.

Por isso, quando falamos de habitação, de comércio local, de cultura, de associativismo ou de qualidade de vida, estamos a falar da mesma causa: proteger a identidade dos nossos bairros e garantir que continuam a ser lugares de comunidade e não apenas espaços de passagem.

Quais as posições da Junta de Freguesia para mitigar o ruído, a higiene urbana e a insegurança?

A nossa posição é muito clara: a Misericórdia pode e deve continuar a ter uma noite viva, mas também tem de ser uma freguesia onde as pessoas tenham o direito ao descanso, sintam-se seguras e vivam com qualidade de vida.

O Bairro Alto, a Bica, Santa Catarina e o Cais do Sodré fazem parte da identidade de Lisboa. São espaços de cultura, de convívio, de restauração e de dinamismo económico. Fazem parte da história da cidade e também da história da nossa freguesia. O problema nunca foi a existência de vida noturna. O problema surge quando deixa de existir equilíbrio entre quem visita estes bairros e quem neles vive todos os dias.

Ao longo dos últimos meses temos trabalhado em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, a PSP, a Polícia Municipal, associações de moradores, associações de comerciantes e empresários da restauração para encontrar respostas para problemas que todos conhecemos: o ruído excessivo, o consumo de álcool na via pública, a venda ambulante ilegal, a ocupação abusiva do espaço público, a acumulação de resíduos e algumas situações que contribuem para um sentimento de insegurança.

Defendemos uma maior fiscalização, um reforço do policiamento de proximidade e o cumprimento efetivo das regras existentes. Na maioria dos casos, os moradores não pedem novas leis, pedem simplesmente que as regras sejam respeitadas por todos.

Paralelamente, continuamos a investir na higiene urbana, reforçando os meios de limpeza, lavagem de ruas e recolha de resíduos, conscientes da enorme pressão que estes bairros enfrentam diariamente.

A melhoria da higiene urbana e o reforço da segurança constituem, aliás, duas das prioridades estratégicas deste mandato. Mas também sabemos que nem tudo se resolve com fiscalização. É por isso que, como mencionei anteriormente, apostamos em iniciativas como o Selo Bom Vizinho e criámos o programa A Noite Que Cuida, através do qual estabelecimentos aderentes passam a funcionar como pontos seguros para qualquer pessoa que se sinta em situação de vulnerabilidade ou insegurança, contribuindo para uma noite mais humana e mais protegida.

As associações de moradores e de comerciantes defendem que tudo se resolveria com uma fiscalização séria. É também essa a sua posição?

Aquilo que tenho sentido nas reuniões que temos promovido com moradores, comerciantes, empresários da restauração, associações e forças de segurança é que existe um consenso relativamente alargado sobre esta matéria. A maioria das pessoas não está a pedir mais legislação. O que pede é que as regras existentes sejam efetivamente cumpridas.

Desde o início do mandato procurámos criar espaços de diálogo entre todos os intervenientes. Acredito muito na construção de soluções partilhadas, sobretudo em territórios complexos como a Misericórdia, onde coexistem diferentes realidades e interesses. E aquilo que ouvimos, de forma consistente, é que os problemas mais graves da noite estão frequentemente asso-

ciados a situações de incumprimento que se repetem ao longo do tempo.

Porém, é importante fazer uma distinção muito clara. A maioria dos bares, restaurantes e estabelecimentos da freguesia trabalha com responsabilidade, cumpre a lei, cria emprego e contribui para a vitalidade económica da Misericórdia. Esses empresários não podem ser confundidos com uma minoria que insiste em atuar à margem das regras e que acaba por prejudicar os próprios comerciantes, os moradores e a imagem da freguesia.



Por isso, defendemos mais fiscalização e uma resposta mais rápida perante situações de incumprimento. Não faz sentido que uma infração seja repetidamente identificada sem consequências visíveis. Quando isso acontece, gera-se um sentimento de impunidade que penaliza quem cumpre e fragiliza a confiança dos moradores nas instituições.

A Câmara já começou o plano de requalificação do Bairro Alto. Acredita que este projeto pode trazer paz social a esta zona da freguesia?



Garrafeira · Conservaria · Frescos
Charcutaria · Padaria · Petisqueira
merceria@paijulio.pt

R. do Diário de Notícias nº 45-47 | 1200-141 Lisboa | ☎ 21 809 29 26





Antes de mais, importa esclarecer que a intervenção atualmente em curso na Travessa da Queimada não corresponde, por si só, ao projeto de requalificação do Bairro Alto. O projeto foi apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2021, durante o mandato do então presidente Fernando Medina, prevendo precisamente a Travessa da Queimada como um projeto-piloto para testar soluções de requalificação antes de uma intervenção mais abrangente em todo o Bairro Alto. A verdade é que esse projeto-piloto avançou, mas continua sem existir, até ao momento, uma garantia clara que a restante re-



qualificação será concretizada. É uma requalificação digna e completa para o Bairro Alto que temos pugnado junto da Câmara Municipal.

Sei bem a importância que esta intervenção tem para quem aqui vive e trabalha. O Bairro Alto merece um espaço público mais qualificado, mais acessível, mais seguro e mais digno da sua história. Melhorar passeios, pavimentos, iluminação e condições de circulação é fundamental para devolver qualidade ao espaço público e melhorar o dia a dia da comunidade.

Mas também não podemos ignorar as preocupações dos moradores e dos comerciantes. Uma obra desta natureza traz inevitavelmente transtornos e impactos na vida quotidiana. A Junta tem acompanhado de perto a situação e tem procurado ser uma ponte entre os serviços municipais, os moradores e os agentes económicos, ajudando a identificar problemas e a encontrar soluções sempre que necessário.

Tenho defendido que nenhuma requalificação deve ser feita sem uma forte componente de acompanhamento e proximidade. As pessoas precisam de saber o que vai acontecer, quanto tempo vai durar e quais serão os impactos. E os co-

merciantes, que muitas vezes enfrentam quebras de atividade durante este tipo de intervenções, não podem sentir que estão sozinhos a suportar o custo de uma obra que beneficia toda a cidade.

Mas também seria um erro pensar que uma intervenção no espaço público, por si só, resolverá todos os desafios do Bairro Alto.

A Câmara tem dado espaço ao diálogo com a Junta ou há um desencontro de posições?

Até ao momento, tenho mantido uma relação institucional construtiva com a Câmara Municipal de Lisboa. Existe disponibilidade para ouvir as preocupações da freguesia e para trabalhar em conjunto em muitas das matérias que afetam o dia a dia dos moradores.

A Junta tem uma responsabilidade própria: representar quem vive, trabalha e investe neste território. E essa responsabilidade obriga-nos, por vezes, a defender posições diferentes ou a pedir que determinadas respostas sejam mais rápidas ou mais ambiciosas. A Câmara encontrará uma Junta exigente e determinada sempre que estiverem em causa os interesses da freguesia.

É precisamente por isso que, sempre que consideramos que é necessário fazer mais pela habitação, reforçar a fiscalização, melhorar a limpeza urbana, aumentar a segurança ou investir no espaço público, fazemos ouvir a nossa voz.

Vai continuar com o diálogo ou endurecer as suas posições?

Não vejo outro caminho que não seja o do diálogo. Fui eleita para representar toda a comunidade da Misericórdia e isso implica ouvir, compreender diferentes perspetivas e procurar soluções equilibradas para problemas que, muitas vezes, são complexos.

A Misericórdia é uma freguesia muito diversa. Aqui vivem moradores de longa data, jovens, famílias, comerciantes, empresários, trabalhadores da cultura, visitantes e turistas. Cada um tem legítimas expectativas e necessidades. O papel de quem exerce funções públicas não é escolher lados, mas procurar construir pontes e encontrar pontos de equilíbrio.

É isso que temos procurado fazer. Temos mantido um diálogo permanente com associações de moradores, associações de comerciantes, empresários, coletividades, forças de segurança e entidades públicas. Muitas das posições que assumimos resultam precisamente dessa capacidade de ouvir quem conhece o território e vive diariamente os seus problemas.

Mas diálogo não significa ausência de firmeza. Há matérias em que a Junta tem uma posição muito clara e continuará a tê-la. A defesa da qualidade de vida dos moradores, do direito ao descanso, da segurança, da habitação e da identidade dos nossos bairros não é negociável. Acredito que é possível compatibilizar atividade económica e qualidade de vida.

Graças ao apoio da Junta, o Cinema Ideal manteve as portas abertas. A autarquia tem “obrigação” de ajudar a salvar as casas com história da sua freguesia?

Sem dúvida. O apoio ao Cinema Ideal foi, para nós, uma questão de responsabilidade para com a história, a cultura e a identidade da Misericórdia. Estamos a falar de uma das salas de cinema mais emblemáticas de Lisboa, um espaço que faz parte da memória de várias gerações e que ocupa um lugar muito especial na vida cultural da cidade.

Mas aquilo que nos moveu não foi apenas salvar um edifício ou uma instituição. O que procurámos foi preservar um espaço de encontro, de partilha e de comunidade. Porque os equipamentos culturais só fazem sentido quando estão ligados às pessoas. Queremos que os moradores sintam que o Cinema Ideal também lhes pertence, que faz parte da vida do bairro e que continua a ter um papel ativo na construção da comunidade.

Acredito que esta lógica deve estender-se a todas as Casas com História da nossa freguesia. As Casas com História não são apenas negócios ou espaços comerciais. São lugares de memória e referências da vida dos nossos bairros.

É necessário reforçar e expandir o programa municipal Lojas com História e garantir que este consegue de forma efetiva proteger todos os locais da freguesia e da cidade que guardam as memórias da nossa população.

A Misericórdia é feita de vários bairros, muito diferentes entre si. Pretende manter essa diversidade?

Sem dúvida. Aliás, acredito que essa diversidade é uma das maiores riquezas da Misericórdia e aquilo que torna a nossa freguesia verdadeiramente única.

Cada bairro tem a sua história e a sua forma própria de viver a cidade. O Bairro Alto tem características muito diferentes da Bica. A Bica é diferente de Santa Catarina. São Paulo tem uma vivência distinta do Príncipe Real. E é precisamente essa diver-

sidade de realidades, de pessoas e de experiências que dá riqueza ao nosso território.

O nosso objetivo não é uniformizar os bairros nem os transformar em espaços todos iguais. Pelo contrário. Queremos preservar aquilo que faz de cada bairro um lugar especial. Queremos proteger as suas tradições, os seus espaços de encontro e as pessoas que lhes dão vida todos os dias.

Esta zona da cidade foi tomada pelo turismo de massas...

O turismo é uma atividade muito importante para Lisboa e para a Misericórdia. Contribui para a economia local, cria emprego, apoia milhares de famílias e é um fator importante para a sustentabilidade de muitos negócios da freguesia. Não sou contra o turismo e seria um erro encará-lo como o responsável por todos os problemas da cidade.

O problema surge quando o crescimento deixa de ser equilibrado. Quando um território suporta uma pressão turística excessiva sem que existam mecanismos municipais e nacionais capazes de proteger quem lá vive, quem trabalha e quem mantém viva a identidade dos bairros.

Defendo um turismo sustentável, que respeite a função residencial dos bairros e não comprometa a qualidade de vida da população.

Quais as medidas mais urgentes para melhorar a vida das pessoas?

As medidas mais urgentes passam por reforçar a função residencial dos nossos bairros, atrair mais famílias e criar condições para que os jovens possam viver e construir aqui os seus projetos de vida. Mas precisamos também de uma economia local dinâmica, capaz de criar emprego, apoiar os pequenos negócios e gerar oportunidades para quem escolhe a freguesia para viver e trabalhar.

Não vejo moradores, comerciantes e empresários como interesses opostos. Pelo contrário, temos a mesma missão e partilhamos o mesmo território. Uma freguesia com mais residentes fortalece o comércio local. E um comércio diversificado, de proximidade e de qualidade melhora a vida de quem cá vive.

NACO

PEDAÇOS DE VERDADE



SELEÇÃO DE
PRODUTOS REGIONAIS

Carne Maturada · Enchidos
Fumeiro · Queijos · Vinhos
Pão · Azeite · Flôr de Sal



ESPECIALIDADES
PRONTAS A COZINHAR

Coxinhas · Espetadas
Hambúrgueres · Panados · Pernas
Rolos · Folhados · Bifranga



Entregas Gratuitas

+351 936 452 995

encomendas@naco.pt



Bares e restaurantes da Misericórdia pedem fim da “movida selvagem”

O representante dos bares e da animação noturna defende o aumento da fiscalização e mão pesada para os estabelecimentos que não cumpram as regras. Para Ricardo Tavares, tem vindo a pagar o justo pelo pecador, mas afirma que, se realmente quiserem extinguir a vida noturna, poderiam simplesmente compensar financeiramente os comerciantes que obedecem as regras com “1 milhão de euros” para que fechassem suas portas. Por sua vez, Hilário Castro, da Associação de Comerciantes do Bairro Alto (ACBA), acredita que o que ele chama de “movida selvagem” e o “turismo do álcool” que invadiram o bairro precisam ser controlados pelas autoridades. E sugere que a “salvação” do Bairro Alto pode estar no plano de reabilitação que está a ser implementado.



O atual líder da Associação Portuguesa dos Restaurantes, Bares e Animação Noturna (APRBAN), Ricardo Tavares, possui seis estabelecimentos na área do Bairro Alto, incluindo o famoso Os Três Pastorinhos, que foi um dos primeiros locais de entretenimento a marcar a “movida” em Lisboa, ao lado do Frágil e do restaurante Pap’Açorda.

Em conversa com o “Olhares de Lisboa”, Tavares aponta de forma direta os problemas que afetam áreas como Bairro Alto, Bica e Cais do Sodré, entre outras. Nos últimos anos, tem representado firmemente seu setor em debates sobre horários de funcionamento, limitações na venda de bebidas alcoólicas e a necessidade de equilibrar a atividade comercial com o sossego dos moradores.

A APRBAN foi fundada por Ricardo Tavares e por outras figuras notáveis, como Ljubomir Stanic — o chef controverso que recentemente abriu mão de seu restaurante 100 Maneiras e se transferiu para a tranquilidade do Alentejo — durante o período da pandemia de covid-19.

Ricardo Tavares menciona que a associação surgiu com o intuito de “proteger efetivamente o setor” que tem sido negligenciado e “injustamente culpado” pelos problemas enfrentados na vida noturna de Lisboa.

Compartilha que o “desespero” causado pelo isolamento e encerramento de todos os negócios durante a pandemia forçou a adoção de medidas severas. Tavares decidiu liderar uma ação extrema: a greve de fome de alguns empresários na frente da Assembleia da República. “Fiz uma greve de fome por três dias. Era isso ou eu acabar com a minha vida, pois fui injustamente multado em 300 mil euros por uma decisão judicial emitida durante a pandemia, enquanto os meus bares estavam fechados e eu não tinha nenhuma forma de renda. Um dia, enfrentei uma situação que nunca imaginei passar. Tinha 40 euros no bolso, mas havia pago com determinação as multas e as contas que estavam pendentes...”, revela.

Atualmente, Ricardo Tavares já não está à frente dos seus bares, tendo-os alugado a outros empresários da noite, porque não quer continuar a lutar contra um sistema que pune “quem cumpre as leis” e “faz vista grossa” e “não autua” face aos prevaricadores que “recorrentemente infringem a lei”.

Ricardo Tavares assume que, por conta da “perseguição” aos bares “cumpridores”, Lisboa “já não é hoje a capital da ‘movida’”, assegurando que a alteração de horários noturnos em Lisboa vai

aumentar despedimentos no setor. “A faturação dos bares sofreu uma quebra de 80%, durante a semana”, por conta de fenómenos como o “botellon”, em que miúdos compram as suas bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência e a polícia não pode fazer nada para pôr termo a esta situação”, mas “anda em cima dos bares” que são negócios “regulados” e com “ordenados para pagar”.

Em causa está a alteração ao Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa para que os estabelecimentos equiparados a lojas de conveniência e que vendam bebidas alcoólicas encerrem às 22h00 e que os horários de funcionamento das esplanadas passem a ser diferenciados dos estabelecimentos, tendo como limite as 24h00.

Especulação imobiliária

O empresário revela que a APRBAN já apresentou propostas à CML, que passam por haver mais fiscalização por parte da Polícia de Segurança Pública a partir das 02h00.

“A grande maioria dos problemas ocorrem fora dos estabelecimentos, quando as pessoas no fim da noite estão a sair. Queremos que efetivamente e de uma vez por todas comecem a multar as pessoas que vão para lá com colunas portáteis e que as lojas de conveniência deixem de vender garrafas de álcool de vidro, que são um perigo para todos nós”, destaca.

Nas palavras do empresário, a partir do momento em que as lojas de conveniência deixarem de vender álcool e as colunas deixem de existir “não vai haver seguramente queixas na noite de Lisboa”.

Ricardo Tavares desdramatiza os “problemas de segurança e de ruído” ocorridos em locais como o Bairro Alto, a Bica ou o Cais do Sodré, uma vez que estas áreas da cidade “têm, na sua essência, a boémia inscrita na sua história”. “Há muita gente a dizer que estes bairros são perigosos. Mas importa referir que o Bairro Alto ou o Cais do Sodré já foram locais frequentados por marinheiros e a prostituição”. Nessa altura, “havia verdadeira violência”.

Ainda assim, o empresário admite “não concordar de todo” com o clima de impunidade para com os atentados ao bem-estar dos moradores destas zonas históricas, mas reforça que “quem sempre viveu nestes bairros conviveu com o barulho, que era muito superior há uns anos. Do que nós entendemos é um pro-

blema criado pela falta de fiscalização”, mas também pela “especulação imobiliária”.

Ricardo Tavares aponta baterias para o atual rumo destes bairros, que alguns “querem converter em lares de terceira idade”, sem barulho, quando se sabe que (há muitos anos) as casas “foram compradas por 25 mil euros, por justamente estarem no centro do bulício noturno”.

Para o empresário, que também é morador na freguesia da Misericórdia, a compra de uma habitação (ou o aluguer) em zonas como o Bairro Alto deveria pressupor a existência “do barulho” na equação antes da compra, situação esta que é ostensivamente varrida para debaixo do tapete pelos vendedores.

“Vou dar o exemplo de um senhor francês que comprou uma casa no Bairro Alto, por meio milhão de euros. Reconstruiu a habitação e a casa ficou realmente bonita. Mas agora anda a protestar porque diz que há barulho...”

No entender de Ricardo Tavares, nos dias de hoje, “quem quiser ter silêncio vai viver para o Chiado ou para outras zonas da cidade sem vida noturna. Mas aí terá de pagar as casas ao dobro ou triplo do preço”, anota.

Um milhão para cada comerciante

Quanto às diferenças entre os proprietários dos bares, os moradores dos bairros históricos mais movimentados e a Câmara de Lisboa, Ricardo Tavares entende que deveria haver um assumir de posições e de caminhos a tomar.

Desde 1975

ZAPATA

Grupo Elzé Restaurantes

HORÁRIO

Schedule

Segunda a Sexta
Monday to Friday

18H ÀS 23H

Sábado a Domingo
Saturday to Sunday

12H30 ÀS 23H

RESERVAS

Booking

+351 929 443 497
+351 214 075 289

www.cervejariazapata.pt

Rua do Poço dos Negros, 47/49 - 1200-335 Lisboa



Para o empresário, “é inevitável que as pessoas estejam na rua”, porque Lisboa é uma cidade que tem sol praticamente o ano inteiro. E o interior dos bares “atingem temperaturas verdadeiramente insuportáveis”, onde “quase ninguém quer estar”.

Posto isto, “se a Câmara quer acabar com a vida noturna na freguesia, que dê 1 milhão de euros aos donos dos bares. Assim, fecham a porta e vão procurar a vida para outros locais”. O empresário sublinha que, ao contrário do Município de Lisboa, há total concordância de posições com a atual presidente de Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Almeida (PS). “Esta autarca é uma pessoa ponderada e procura concertar posições relativas ao direito do descanso dos moradores e o direito de quem trabalha. Temos convergido em muitas posições e há o reconhecimento de que os empresários, que estão do lado certo da lei, precisam de sobreviver, faltando, sim, uma fiscalização justa e equitativa para todos”, assevera.

Associação de Comerciantes do Bairro Alto

Por seu turno, Hilário Castro, presidente da Associação de Comerciantes do Bairro Alto (ACBA), admite estar “preocupado com o estado da cidade”, não só do Bairro Alto, mas da forma como está organizada a oferta turística da capital. “Há algumas pessoas que andam distraídas e que ainda não perceberam a importância do turismo. Há hoje uma abundância que pode trazer prejuízos gravíssimos no futuro. É evidente que este crescimento turístico acaba por impactar na vida das pessoas. Se não houver medidas, pode trazer problemas, que já está a acontecer”.

O dirigente e empresário, dono do histórico restaurante Alfaia, entende que há alguns setores que “pensam que tudo é permitido em Lisboa”, em que há regras “que não se aplicam aos turistas”, sentindo-se essa realidade no Bairro Alto “há já algum tempo”.

“O turismo do álcool é algo que acaba por impactar até no próprio turista. A nossa associação engloba todo o tecido comercial do bairro, incluindo hotéis, restauração, animação noturna, casas de fado, o alojamento local, entre outros. É de lembrar que os empresários reabilitaram os edifícios decadentes do bairro, mas esta ‘movida’ selvagem acaba por causar prejuízos aos moradores e aos próprios comerciantes e empresários que têm apostado no Bairro Alto.

As associações de moradores do Bairro Alto alegam que é hoje insuportável conseguir viver neste bairro, por conta do ruído, do lixo nas ruas e da insegurança. Hilário Castro defende que a visão da ACBA sobre estes problemas “partilha de algumas das opiniões” dos moradores. Mas alega que devem ser tomadas medidas “de fácil aplicação” para que se possa controlar a situação. “Nos últimos 20 anos, o Bairro Alto é a zona de Lisboa que mais restrições tem tido – de licenciamentos, criação de negócios – até porque o bairro já não tem o mesmo tipo de procura que tinha há 5 anos. O bairro era um ponto de encontro para portugueses e turistas. Hoje, isso já não acontece”.

Concorrência desleal

No entender do empresário, os bares e restaurantes sentem hoje uma redução assinalável da procura de clientela antiga. “Os bares (de qualidade e que investiram muito dinheiro) têm 3 ou 4 clientes no seu interior, porque se criou a ideia de que o Bairro Alto é local de consumo na via pública. Temos colegas que criaram espaços confortáveis e equiparam os seus bares com aparelhos medidores de som, ante-

câmaras, mas já chegaram à conclusão de que o negócio está na venda de bebidas para a rua”. Na opinião de Hilário Castro, a massificação da venda de álcool na via pública “é algo que tem de ser rapidamente invertido”, porque há bares “de 20 metros quadrados a ‘despejarem’ barris e barris de cerveja para a rua”, quando há estabelecimentos “ao lado, de qualidade, mas cujo negócio já não funciona”.

“O problema está bem identificado e concentrado em meia dúzia de pontos e que causam verdadeiros danos no pós-encerramento desses locais”, nomeadamente “em dois ou três lugares” na Rua do Diário de Notícias ou a Rua da Atalaia, como os sítios nevrálgicos e de problemas recorrentes.

A fiscalização, que caberia à Polícia Municipal, é outras das preocupações levantadas pelo responsável da ACBA. “O policiamento deve ser mais efetivo, não só para fiscalizar os estabelecimentos, mas também para acompanhar o pós-encerramento”, diz Hilário Castro.

Para o dirigente associativo, a Polícia Municipal “pode ajudar a minorar o impacto que estes grupos acabam por causar”. Nomeadamente o uso de colunas de som que após o encerramento dos bares “saltam para fora” e causam grande alvoroço, mas também na regulação da venda ambulante de bebidas, feita por “indivíduos alheios aos bares e às lojas de conveniência” que vendem clandestinamente na rua, já depois do fecho dos bares.

Revitalização do Bairro Alto

Na visão de Hilário Castro, o processo de revitalização do Bairro Alto, que já está em curso, vai melhorar o espaço público e criar condições para “ter novas esplanadas e novos ambientes” que permitirão “atrair públicos” que possam desfrutar do bairro “com algum sossego”. Vai ainda melhorar a iluminação, “que é fundamental para aumentar a segurança”, atraindo, também, “outro tipo de comércio”.

Ao contrário daquilo que se possa pensar, segundo o dirigente, a criação de esplanadas “é benéfica para o Bairro Alto”, porque a existência de esplanadas pressupõe “ambientes controlados”, defende Hilário Castro, garantindo que a existência de uma esplanada “inviabiliza automaticamente o ajuntamento de algumas dezenas de pessoas”.

“As esplanadas são benéficas, até para a segurança do bairro. Até porque facilmente se levanta uma esplanada para poder passar uma ambulância ou tipo de viatura de socorro. A nossa esperança é que plano de revitalização do bairro, com a conclusão da Travessa da Queimada até ao final de dezembro, mude o estado do bairro”. Segundo Hilário Castro, o problema central do Bairro Alto está intimamente relacionado com a “carência de um plano comercial devidamente estruturado e pensado” da própria cidade. Nos últimos anos, o perfil dos próprios investidores e os comerciantes da cidade tem-se alterado significativamente. “E isso tem tido um impacto muito forte e para o qual ninguém estava preparado – e não me refiro ao facto de estrangeiros abrirem negócios –, mas, se de repente, cai tudo na mão de estrangeiros, que raio de cidade é que nos temos?”, questiona.

O empresário salienta ainda que o Bairro Alto, que já foi o sítio onde os criadores de moda tinham as suas lojas, um bairro de jornais, perdeu a “aura” de criatividade vanguardista, dando lugar a um local de lojas de souvenirs e de pequenos negócios sem qualquer diferenciação qualitativa. Esta transformação tem gerado um fenómeno de turismo de massas, descaracterizado e que acabou por consumir o ambiente boémio e castiço de outrora.

Ainda assim, o dirigente diz que há exemplos de setores comerciais que resistiram e



têm conseguido manter-se à tona, apesar da descaracterização do Bairro Alto, citando a resiliência das casas de fado. “As melhores casas de fado de Portugal estão no Bairro Alto, como o Faia, a Severa, a Adega Machado, o Forcado, a Tasca do Chico, o Luso. Estes estabelecimentos já receberam os maiores nomes do fado em Portugal, onde foram artistas residentes”.

Após várias queixas de moradores, a Câmara de Lisboa propôs a limitação da venda de bebidas alcoólicas para consumo no exterior, em toda a cidade, proibindo a venda a partir das 23h00 aos domingos, segundas, terças, quartas e quintas. À sexta-feira, sábado e vésperas de feriado, a venda é proibida entre as 8h e as 24h. Segundo a autarquia da capital, objetivo é combater o ruído e salvaguardar o direito ao descanso.

FADO

A SEVERA
Restaurante Típico
DESDE 1955

Rua das Gáveas, 51
1200-206 Lisboa
(Bairro Alto)

213 428 314
213 461 204
info@asevera.com
reservas@asevera.com

Aberto todos os dias
Jantares com Fado ao Vivo
a partir das 19:30



Trabalhamos todos os dias para acrescentar qualidade de vida aos que vivem na Misericórdia. Procuramos construir um território desenvolvido, preservando a sua riqueza cultural e patrimonial, uma freguesia coesa, inclusiva, onde as pessoas estão no centro das nossas decisões e onde ninguém fica para trás.

MISERICÓRDIA
JUNTA DE FREGUESIA



Requalificação do Bairro Alto avança lentamente

O projeto de requalificação do Bairro Alto está a avançar a velocidade de caracol. A vereadora Joana Baptista garante que a requalificação não vai ter paragens e que a Câmara de Lisboa está empenhada na resolução dos principais problemas do Bairro. E anuncia que o Município vai contratar mais 116 agentes da Polícia Municipal para reforçar o policiamento de proximidade na cidade e também dotar as forças de segurança de mais meios.



A requalificação do Bairro Alto avança de forma lenta, tendo arrancado em maio de 2026 com uma obra piloto na Travessa da Queimada após anos de espera desde o anúncio inicial do plano em 2021.

O “Olhares de Lisboa” conversou com Joana Baptista, vereadora que tem a seu cargo a Coordenação Territorial, Espaços Verdes, Planeamento do Espaço Público e Higiene Urbana na CML, para apurar o estado da intervenção e o seu alcance na mudança pretendida para o Bairro Alto.

Joana Baptista afiança que está em curso “um grande projeto de requalificação do Bairro Alto, não só ao nível do subsolo, do saneamento e da drenagem pluvial”, mas também na reconfiguração dos pavimentos, pois, “temos de dar conforto e segurança na cidade de Lisboa, melhorando os pavimentos e com corredores acessíveis e a iluminação”.

No mesmo plano, a intervenção contempla o próprio paisagismo do Bairro: “Introduzimos cor no Barro Alto, que muitas vezes é tão escuro, inserindo plantas, árvores, trepadeiras, estando essa fase da obra praticamente a finalizar”.

Segundo a autarca, a intervenção da CML foi iniciada com um projeto-piloto na Travessa da Queimada, que a autarquia prevê ter concluído “até final deste ano”, mas afiança que esta primeira intervenção “faz parte de uma requalificação de larga escala”, cujo investimento ultrapassa os 15 milhões de euros - verba que poderá sofrer um aumento por conta das “mudanças que ocorrem com as atualizações dos custos das obras”.

Projeto remonta a 2021

Recorde-se que, em junho de 2021, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o anteprojecto Requalificação do espaço público do Bairro Alto. Entre outras medidas, apostava nos espaços verdes, novas zonas de estadia e reorganização dos pavimentos e faixas de rodagem, assim como a requalificação da iluminação do Bairro.

A Câmara previa a intervenção em 34 eixos viários numa área de 25.000 metros quadrados, onde propunha redefinir os pavimentos “com um desenho de claro-escuro, retomando a área tradicional do passeio junto ao edifício, enquanto na via seria reutilizado o granito”, sublinhava a proposta assinada pelos então vereadores João Paulo Saraiva (Finanças), Miguel Gaspar (Mobilidade) e Ricardo Veludo (Urbanismo).

Propunha, também, o nivelamento das áreas de passeio e das faixas de rodagem, assim como a redução da velocidade em todos os eixos de circulação e a criação de faixas de alargamento dos passeios.

Segundo a mesma proposta, a Câmara pretendia ainda criar espaços de estadia, reorganizar o estacionamento e introduzir infraestruturas técnicas, designadamente “sumidouros ou caixas/calhas uniformes para a rede de iluminação pública”.

Durante a apresentação, a CML salientou também a necessidade de “valorização e divulgação do património com a criação de percursos que dão a conhecer os elementos de valor patrimonial na área de intervenção”.

Cinco anos decorridos sobre a apresentação da proposta, a requalificação está ainda em fase inicial e ainda muito faltará para dar por concluída a intervenção que promete melhorar a qualidade de vida no Bairro Alto.

Segurança e fiscalização

Por outro lado, Joana Baptista revela algumas das medidas concretas que a CML tem levado a cabo para mitigar situações de insegurança e de falta de fiscalização noturna dos estabelecimentos, coincidindo as suas críticas com as realizadas pelas três associações da Misericórdia (AMFM, Somos Bairro Alto e Aqui Mora Gente).

“Ao nível da segurança, este Executivo tem um projeto estratégico em curso: instalação de videovigilância por toda a cidade, tendo sido aplicado de forma pioneira no Bairro Alto. Muitas vezes, não é necessária a presença humana para garantir a segurança. Com as imagens captadas pela tecnologia, a Polícia de Segurança Pública pode atuar em tempo devido. Mas esse projeto de videoproteção está a ser alargado um pouco por toda a cidade, designadamente ao Cais do Sodré, Ribeira das Naus e Restauradores”.

Em outubro, “vamos levar a reunião de câmara o processo de instalação de mais 1116 câmaras pela Baixa Pombalina”, mas “já estamos a preparar a segunda fase de expansão da videovigilância”, contemplando a Avenida da Liberdade, Saldanha, Praça do Martim Moniz, Avenida Almirante Reis e toda a zona envolvente ao Castelo de São Jorge, por que “é uma zona com grande sobrecarga turística”.

Conforme foi relatado pelas associações de moradores e de comerciantes, as câmaras de videovigilância instaladas no Bairro Alto não têm surtido efeito desejado para demover a prática de atos ilícitos. Ante este argumento de quem mora e trabalha no Bairro Alto, a vereadora responde que “a tecnologia não é suficiente”. “Na realidade, é um dos instrumentos que auxilia, mas é fundamental haver policiamento de proximidade, articulado entre a Polícia Municipal e a PSP”.

A autarca diz que a CML “tem feito o seu papel”, estando neste momento a “reforçar a PM com a contratação de mais 100 agentes, temos 391 e vão passar a 491, desde que haja autorização do MNA”, mas adianta que a Câmara “está também a fazer um reforço de meios: equipamentos, viaturas, motos e de mais postos móveis”, em breve, a cidade terá dois novos postos móveis, na Avenida da Liberdade e no Martim Moniz, que a autarca considera como “zona crítica”, num investimento total que ronda os 4 milhões de euros.

Para Joana Baptista, a Câmara “está a cumprir todas as medidas que são da sua competência”, no reforço da segurança na cidade de Lisboa.

CML “tem intensificado” higiene urbana

O Bairro Alto é hoje apontado como uma das zonas da mais sujas da cidade, onde se perdeu o controlo da higiene urbana por conta da afluência de milhares de pessoas que procuram as atividades noturnas.

A responsável admite a existência de uma sobrecarga de visitantes, lembrando que a cidade “todos os dias recebe 1 milhão de pessoas”, mas refuta a ideia de que haja “uma lixeira na freguesia da Misericórdia”.

E explica que a Câmara “trabalha todos os dias para termos uma freguesia mais limpa e uma cidade mais salubre”. Diz, aliás, que têm sido introduzidas medidas “que não existiam no passado”, como a recolha de resíduos ao domingo.

“Ou seja, temos hoje 7 dias da semana onde já se faz a recolha do lixo. Temos vindo a intensificar o trabalho da higiene urbana por toda a cidade, lavando ruas, limpando passeios e a estatuária. Há, portanto, um esforço e um processo em que há uma gestão de controlo da gestão de toda a cidade”.

Questionada sobre os timings para a resolução dos principais problemas do Bairro Alto, Joana Baptista assevera que os resultados práticos “não têm uma resolução imediata”, mas assegura que será já perceptível que a higiene urbana “tem vindo a melhorar ao longo deste mandato” e que os parâmetros de segurança e higiene urbana “serão certamente melhorados até ao final de 2029”.

DA HORTA

COMIDA SAUDÁVEL ORIGEM LOCAL

100% Vegetal

Ingredientes reais

DA HORTA

BETTERBARRA

100% Vegetal

DA HORTA

FEIJO PRETO E AVIA

100% Vegetal

DA HORTA

LENTILHAS

100% Vegetal

DA HORTA

BETTERBARRA

100% Vegetal

DA HORTA

BETTERBARRA

100% Vegetal

DA HORTA

GRÃO E CARÉ

100% Vegetal

DA HORTA

PALATIS

100% Vegetal

DA HORTA

ROLO DE GRÃO

100% Vegetal

Receita simples

dahorta.pt

Sem aditivos

BURGERS • MEALS • SNACKS

Com habitação “no coração”, Moedas entregou mais 60 casas

A Câmara de Lisboa entregou as primeiras 60 chaves de 132 habitações de renda acessível em Marvila. Trata-se de dois edifícios de habitação, construídos na Rua Ferreira de Castro, no Bairro da Flamengo, com um total de 132 fogos de tipologias entre T0 e T4. Na entrega de chaves, Carlos Moedas revelou que os projetos habitacionais para o Vale de Santo António e Vale de Chelas vão mesmo avançar.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, presidiu à cerimónia de entrega de chaves, no âmbito do Programa Renda Acessível, de um novo edifício de habitação na Rua Ferreira de Castro, no Bairro da Flamengo, na freguesia de Marvila.

O Edifício B, com seis pisos acima do solo, dispõe de 60 frações, de tipologias T0 a T4. O piso térreo integra áreas comuns e técnicas, bem como espaços destinados a comércio e serviços. No exterior foi requalificado o espaço público envolvente, incluindo as áreas verdes, com a criação de zonas lúdicas e a integração da rede ciclável prevista para o bairro. A intervenção contempla ainda estacionamento com capacidade para 86 lugares.

A empreitada, da responsabilidade da Lisboa SRU, representou um investimento de cerca de 15 milhões de euros, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, salientou que o problema da habitação em Lisboa é de tal ordem de grandeza que “as pessoas não conseguem comportar as rendas”. “Já entregamos mais de 3 mil chaves de casas. Neste segundo mandato, foram quase 600. Sabemos que, quando se entrega uma chave, muda-se uma vida”, pois ter acesso a uma habitação representa “saúde” para quem a recebe, mas também um novo alento para enfrentar a vida, sublinhou.

Apesar de o presidente da Junta de Freguesia de Marvila, Joaquim Cerqueira de Brito (PS), não ter marcado presença na cerimónia, Carlos Moedas recordou que houve uma verdadeira confluência de vontades e um pacto de regime, que pôs as divergências partidárias “de lado”, para arranjar soluções para quem não tinha casa.

“A política é isso mesmo. É conseguir pôr as divergências para trás e ajudar a mudar

a vida das pessoas. Em Marvila, fizemos muita coisa nestes últimos 5 anos: criámos um pavilhão gimnodesportivo, um centro de saúde e entregámos muitas casas às pessoas”.

O edil lembrou que a CML “não vai parar” de levar a cabo a “missão” da construção de habitação pública na cidade de Lisboa, assumindo que a autarquia “vai desenvolver mais de 2500 habitações no Vale de Santo António e mais de 2500 no Vale de Chelas”, mas recordou que esses projetos irão necessitar de um pacto de regime, pondo as “(divergências) políticas de lado” e que “conta com todos”, designadamente “o setor privado, o público, as pessoas”, exortando à união de “todos” pelo bem comum.

“Soldados armados” da habitação

Por seu turno, a secretária de Estado da Habitação, Patrícia Alves Costa, congratulou o Município por possibilitar que “mais de 50 famílias lisboetas” pudessem ter acesso a uma casa.

Segundo a secretária de Estado, este Governo fez das autarquias autênticos “soldados armados” da política pública habitacional, pondo ao dispor das autarquias “todas as ferramentas necessárias” para que a causa pública da habitação ganhe um novo fulgor.

Apesar do PRR já estar fechado, Patrícia Alves Costa assegurou que o Governo vai dar continuidade ao investimento em habitação pública. “Há mais habitação para Lisboa e para o resto do país. O Governo já acautelou, em regime de exceção, tudo aquilo que não foi concretizado no PRR”, revelando que o Governo tem “10 mil milhões de euros para os municípios continuarem a concretizar os seus projetos de habitação”.

Escola nº 72 da Estrela foi finalmente inaugurada

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML) inaugurou a requalificada Escola Básica Escola N.º 72, na freguesia da Estrela, que passou por um processo conturbado e obrigou a Junta de Freguesia a abrir as portas para evitar que as crianças fossem transferidas para Belém. Carlos Moedas aproveitou para anunciar que o Município tem mais 6 escolas em projeto.

“É um momento único para a Educação em Lisboa e estamos aqui todos juntos com aquele que tem sido o projeto de educação para a cidade de Lisboa na construção de mais escolas e de mais condições para as nossas crianças”, afirmou Carlos Moedas. Conforme foi lembrado durante a inauguração, a escola estava a funcionar temporariamente nas instalações da Academia Estrela, da Junta de Freguesia, desde setembro de 2020, devido às obras profundas previstas para o edifício original, mas os trabalhos de requalificação, a cargo da Lisboa SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, tiveram início apenas em julho de 2023, durante o primeiro mandato de Carlos Moedas (PSD) como presidente da Câmara.

O presidente da Junta de Freguesia da Estrela, Luís Almeida Mendes (PSD), recordou que se devolve agora à Estrela “um equipamento

estratégico para o futuro da freguesia”, que, segundo os Censos de 2021, tem mais de 3 mil crianças e jovens com menos de 15 anos. Por seu turno, Carlos Moedas salientou que no seu primeiro mandato foram construídas ou reconstruídas 10 escolas, e que neste segundo mandato foram já inaugurados dois equipamentos, tendo a autarquia um projeto para pelo menos mais seis.

“São 70 milhões de euros que estamos a negociar neste momento com o Governo para poder fazer as obras mínimas nas escolas que foram entregues à Câmara Municipal sem os recursos, ou seja, nós temos 28 escolas que estão em muito mau estado”, sublinhou o autarca, reiterando as críticas ao processo de descentralização da Educação que considerou “mal feito” e “um erro”, porque a autarquia ficou com as escolas, “mas sem o dinheiro para reconstruir”.

Lisboa com rastreios gratuitos ao cancro do pulmão

A Câmara Municipal de Lisboa lançou a campanha “Lisboa com Pulmão”, que tem como objetivo central a prevenção e diagnóstico precoce de doenças respiratórias, com rastreios e atividades de promoção da saúde respiratória para a população-

A partir do “pulmão verde” da capital, Carlos Moedas anunciou que, em 2027, o Município vai promover rastreios gratuitos ao cancro do pulmão, estando também em perspetiva a promoção futura de rastreios do cancro do cólon. Na sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa defendeu que a prevenção deve estar mais próxima das pessoas e destacou o papel das estruturas locais na concretização das respostas de saúde: “Estes rastreios só podem funcionar se as freguesias estiverem na linha da frente”, afirmou, dirigindo-se aos presidentes das juntas de freguesia presentes na iniciativa. Carlos Moedas enquadrou a iniciativa numa estratégia municipal de proximidade na

área da saúde e recordou a colaboração da autarquia com o Serviço Nacional de Saúde e outras entidades.

O autarca lembrou o trabalho da Câmara Municipal na constituição de “um Estado Social Local”, como forma de complementar o próprio Estado Social do Estado, porque os países que não têm Estado Social, “tornam-se países em que a fricção social passa a ser a regra”, disse. Carlos Moedas sublinhou que, nestes 5 anos de governação da Câmara, já construiu seis centros de saúde, estando outros três em construção. E anunciou que o Centro de Saúde de Ribeira Nova, na Freguesia da Misericórdia, já está pronto para abrir portas, mas ainda não há data para a inauguração.

GaragemVeneza
serviços auto

Manutenção e reparação automóvel

- Mecânica • Chapa
- Pintura • Lavagem

Acordo com várias companhias de seguros

HORÁRIO: 2ª a 6ª: 8h15 - 12h30 | 13h45 - 17h30

Telef. 217 802 440 - 931 948 593 - 962 346 529

Praça Gonçalo Trancoso, 2 A/B/E - 1700-220 LISBOA



PETRONAS
Oficina Auto Ligeiros
CARVALME AUTO

Apoio Domiciliário a Idosos e Doentes



Anjos do Lar

LICENÇA de FUNCIONAMENTO N.º 26/2018

SERVIÇOS 24H

- Prestação de cuidados de higiene
- Pequenas lides domésticas e confecção de refeições
- Gestão e administração da medicação
- Acompanhamento a consultas e tratamentos
- Assistência médica, enfermagem, fisioterapia, psicologia e autocuidados
- Ajudas técnicas
- Acompanhamento noturno

RUA ALTO DO CARVALHÃO, 37B - 1070-048 LISBOA (Campolide)

960 334 843 • 917 429 989 • 911 884 800

www.anjosdolar.pt | anjosdolar.lida@gmail.com | info.anjosdolar@gmail.com



Sé de Lisboa é uma das sete maravilhas de Portugal®

A Sé de Lisboa foi escolhida como uma das “Novas 7 Maravilhas de Portugal®”, na categoria Religião. A distinção reconhece um dos monumentos mais antigos e emblemáticos da cidade, cuja história acompanha Lisboa desde o século XII. A iniciativa pretende valorizar o património construído português e incentivar a descoberta de lugares que fazem parte da identidade histórica e cultural do país.

Há sete novos lugares para acrescentar ao roteiro de uma viagem por Portugal. A Sé de Lisboa e o Castelo de Leiria estão entre os vencedores das Novas 7 Maravilhas de Portugal®, numa lista que inclui ainda ruínas romanas, um aqueduto, mercados, uma adega e um jardim barroco. As escolhas foram feitas numa votação final que colocou em destaque o património histórico e contemporâneo de norte a sul do país.

Vinte anos depois da primeira eleição das 7 Maravilhas de Portugal®, em 2007, o país elegeu mais sete patrimónios que passam a ostentar o título de Novas 7 Maravilhas de Portugal®. O concurso, reconhecido pela New 7 Wonders Foundation e organizado pela TVI, que enviou um convite ao “Olhares de Lisboa”, arrancou com 147 patrimónios a concurso, de norte a sul e ilhas incluídas, distribuídos por sete categorias que procuram refletir a diversidade histórica, artística, arquitetónica e territorial do país: Castelos, Religião, História, Grandes Obras, Século XX, Século XXI e Turismo.

O caminho até à final foi longo. Durante vários meses realizaram-se eliminatórias regionais, que somaram mais de 140 participações, incluindo uma emissão especial em Lisboa, junto ao Padrão dos Descobrimentos, no dia 4 de julho, onde ficaram definidos os 14 finalistas regionais da Grande Lisboa, entre os quais se destacaram o Castelo de São Jorge e o Museu Bordalo Pinheiro. A Meia-Final Nacional, que se realizou também no Palácio Nacional de Sintra, a 5 de setembro, apurou os 21 finalistas nacionais, três por categoria.

Os vencedores, em cada uma das categorias, foram o Castelo de Leiria (Castelos); Aqueduto da Usseira (Grandes Obras); Ruínas de São Cucufate (História); Sé de Lisboa (Religião); Mercados de Olhão (Século XX); Tiago Cabaço Winery (Século XXI) e o Jardim do Paço Episcopal (Turismo). A escolha dos sete vencedores, um por categoria, dependeu inteiramente da votação do público, feita por chamada telefónica ou através da aplicação TVI Pass.



A presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Maria João Correia, visivelmente orgulhosa na conquista da Sé de Lisboa, que é agora uma das novas Maravilhas Nacionais. “É um sonho que começou há muitos meses”, disse a autarca daquela freguesia do centro da capital. “Agradeço a todos os que votaram na Sé, mas faço um agradecimento especial à nossa claque e à equipa da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que foram fantásticos”, acrescentou.

A Sé de Lisboa, também conhecida como Igreja de Santa Maria Maior, é a catedral mais antiga da cidade e um dos monumentos mais emblemáticos do país. A sua construção arrancou em 1147, logo após a conquista de Lisboa aos mouros pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, tendo ficado a cargo do inglês Gilberto de Hastings, nomeado bispo da cidade. O templo foi erguido no local onde antes se encontrava a principal mesquita de Lisboa, que por sua vez fora construída sobre um anterior templo cristão visigótico.

A condução da Grande Final esteve a cargo dos apresentadores Maria Cerqueira Gomes e Pedro Teixeira, com a modelo e atriz Matilde Reymão como embaixadora da iniciativa. A gala, transmitida em direto na TVI,

contou ainda com a atuação de vários artistas, tais como Aurea, Mimicat e Ana Bacalhau, Noble, Virgul, Khiaro e Luís Fialho, Los Romeros e a dupla de bailarinos Free Acro Souls.

AML e Moedas querem acabar com sistema Volta

Após Carlos Moedas ter pedido ao Governo o “cancelamento imediato” do sistema de depósito de embalagens Volta, com o reembolso de 10 cêntimos, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa foram unânimes na necessidade de revisão urgente do sistema Volta.

O impacto social e ambiental do sistema Volta (Sistema de Depósito e Reembolso) no território da região foi objeto de discussão na reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa. As autarquias consideram que, nos moldes em que se encontra, o sistema não está a funcionar e que a sua implementação tem acarretado um conjunto de efeitos sociais e ambientais nefastos.

Apesar da AML e os seus municípios reconhecerem a importância dos objetivos ambientais prosseguidos pelo Volta, a experiência dos primeiros meses de implementação no território evidencia impactos que não podem ser desconsiderados, nomeadamente ao nível da limpeza e salubridade urbana, dos efeitos sociais, da conservação dos equipamentos municipais, da cobertura territorial da rede de devolução, da experiência dos consumidores e dos encargos operacionais suportados pelos municípios.

Como referiu Carlos Moedas, presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa e da Câmara de Lisboa, “os municípios da AML têm sido confrontados com problemas relacionados com as ineficiências do Volta e os autarcas, pela sua proximidade à população e contacto privilegiado com as realidades locais,

têm testemunhado a agudização de questões de organização e limpeza do espaço público, bem como o aprofundamento de dramas sociais que carecem de rápida intervenção dos poderes públicos”.

Carlos Moedas defende que “é fundamental que o sistema seja redesenhado com contributos de quem está no terreno, visando um sistema mais funcional, que salvguarde o espaço público e que seja economicamente mais justo e socialmente mais responsável”. Para os autarcas da AML, o sucesso do Sistema Volta não pode ser medido exclusivamente pelo número de embalagens devolvidas ou pelas taxas de recolha e reciclagem. Deve, igualmente, ser avaliado pela sua capacidade de produzir benefícios ambientais efetivos sem comprometer a sustentabilidade económica, operacional e territorial dos sistemas existentes.

A Área Metropolitana de Lisboa e os seus municípios sublinham ainda que a política ambiental deve ser ambiciosa, mas também tem de ser operacionalmente eficaz e que um sistema desta natureza só poderá alcançar os seus objetivos se conquistar a confiança dos cidadãos e se for capaz de funcionar de forma simples, previsível e eficiente.

OURO Avalia

Compramos
ouro - prata - jóias - relógios
Avaliações gratuitas

Av João XXI 9 C | 1000-298 Lisboa
www.ouroavalia.pt | Tel. 211932525 | Tlm. 963504642

A ÁGUA NÃO MUDOU!

TEMOS DE USAR NOVAS ORIGENS.

Tratar e Valorizar a água usada é também prolongar o seu ciclo de vida.

A água pode ser reutilizada na agricultura, na indústria, na rega de espaços verdes e outros usos urbanos.

É o que fazemos nas Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico, cumprindo uma missão assente na resiliência e inovação.

Diziam que
eu só tinha
uma qualidade...

